

Entre frutas tropicais e porcelanas francesas: a formação do Estado imperial brasileiro e os poderes em construção na Província de Sergipe

Romero Romulo da Silva Júnior¹

Resumo: Este artigo tem como temática o processo de organização dos poderes na província de Sergipe a partir das disposições do poder central e encontra-se vinculado ao campo da história política. Nele, objetivamos investigar não só como se deu o processo de organização do Império do Brasil, especialmente com a sua independência, mas sobretudo a relação desse no estabelecimento dos poderes políticos em Sergipe oitocentista. Para alcançar o objetivo proposto, observou-se o levantamento bibliográfico sobre a formação do Brasil Império e da província sergipana. Além da análise de ofícios produzidos no período referente. As discussões então foram estabelecidas essencialmente com base em Antônio, Carvalho, Mattos e Nunes. Por fim, o texto busca compreender como a província sergipana estabelece as tensões e conciliações não só com o poder central, mas também com as forças locais e como essas implicam em dinâmicas particulares.

Palavras-chave: Poder; Império do Brasil; Sergipe Provincial.

Between tropical fruits and french porcelains: the formation of the Brazilian Empire and the powers under construction in the Sergipe Province

Abstract: This paper is about the organization process of powers in the Sergipe province from the provisions of the central power and is linked to the field of political history. Here we aim to investigate the organization of the Brazil Empire and the relation between of this and Sergipe political powers in the nineteenth century. To achieve it the proposed objective, it was a bibliographical survey on the formation of the Empire Brazil and the Sergipe Province is carried out, beyond the analysis of epoch documents. The discussions were based on Antônio, Carvalho, Mattos and Nunes. Finally, the text seeks to understand how the Sergipe province establishes tensions and reconciliations not only with the central power, but also with local forces and how these imply in particular dynamics.

Keywords: Power; Brazil Empire; Sergipe Province.

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

Introdução

Os estudos do período imperial brasileiro estão, sobretudo, voltados à atuação dos agentes de regiões centrais, como o Rio de Janeiro. Autores como José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos Rollof dedicam parte de suas obras à análise e interpretação da formação do império a partir das disposições sociais, políticas e econômicas de sua sede. Este artigo, no entanto, se dedica a compreender como a formação do Império brasileiro e suas políticas afetaram a formação e o funcionamento da região periférica do sistema, isto é, suas províncias, em especial Sergipe. Visto que a organização provincial e a independência do Brasil são “processos que, por força das circunstâncias, nessa parte da América, estavam umbilicalmente relacionados, a ponto de o encaminhamento de um tocar diretamente a tessitura do outro.”^{II}

Autoras como Edna Maria Antônio e Maria Thetis Nunes, nesse sentido, vão ser fundamentais para pensar a historiografia sergipana e suas nuances. Bem como a documentação nos legada pelo Império da Escrita, isso porque o documento escrito era uma importante tecnologia, desde a colônia, não só para o compartilhamento de informações como também para a construção da memória^{III}. O Império da Escrita é então entendido como a preocupação em estabelecer a escrita administrativa pois a documentação é um suporte fundamental para o funcionamento da estrutura imperial. A nova rede de órgãos administrativos que surgia tinha nela a principal forma de comunicação entre os agentes imperiais. Esses vestígios escritos, portanto, se apresentam hoje enquanto fonte potencial de pesquisa sobre o contexto.

Outrossim, considera-se que as contradições da terra eram conciliadas com a civilidade importada, de modo que ora as frutas, ora as porcelanas. Do mesmo, isso esteve reproduzido internamente na relação centro-província. Como então se dá o estabelecimento do Estado imperial e como essa estrutura, orientada pela independência do país, implica na organização política e social em Sergipe oitocentista? Assim, no primeiro momento, discutiremos como se deu a construção do Império nos trópicos. Em seguida, a implicação disso na disposição dos poderes políticos e sociais na província de Sergipe, compreendendo a atuação dos agentes públicos, bem como dos conflitos diante das demandas da sociedade sergipana naquele contexto, através da análise de ofícios de origem administrativa e revisão da literatura sobre o período.

A formação do Estado Imperial brasileiro e o processo de independência

“Comove-me pensar
que nas porcelanas e cristais da Casa *Maillet*
na Rua dos Ourives
num dia qualquer do ano de 1847

nesta cidade do Rio de Janeiro
(na borda de um cálice)
cintilava a luz da tarde
e lá fora

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

onde a tarde nada tinha do bom-tom parisiense
entre carroças puxadas a burro e homens suados
negros no ganho.

[...]

E se penso na loja penso na cidade
desdobrando-se em ruelas, becos e ladeiras,
em sobrados e igrejas,
fervilhando no mercado da Rua do Valongo
onde se leiloavam escravos
enquanto no porto
os navios rangiam o madeirame
sobre as águas dessa mesma baía que ora vemos
atual e azul.”^{IV}

O poeta modernista Ferreira Gullar (1930 – 2016), em seu poema *Improviso ordinário* sobre a cidade maravilhosa, descreve a cidade do Rio de Janeiro em seu período oitocentista. Destacando, através da ironia, uma crítica ao desenvolvimento do espaço carioca que naquele momento ensaiava uma “europeização civilizatória” que ia desde a alteração do espaço físico, com regras arquitetônicas, até a introdução de costumes cotidianos, como o uso de porcelanas. Se de um lado, no entanto, eram negociados porcelanas e cristais na “*Casa Maillet*” (o “bom-tom parisiense”), do outro, se leiloavam escravizados no mercado (“negros no ganho”) de modo que se destaca uma das principais características da construção do Império nos trópicos: a tentativa de conciliar contradições. É nesse contexto, portanto, que a cidade do Rio de Janeiro passa a ser um centro fundamental da política imperial sobre a qual nos vale ressaltar, sobretudo, as mudanças que os parâmetros institucionais e administrativos sofreram nesse ritmo de transformações.

É preciso, antes, compreender o processo de formação desse cotidiano carioca. O acirramento do contexto político português decorrente da relação com a Inglaterra e a França, em especial ameaça das tropas francesas, dá início a uma longa viagem de transferência de D. João VI e a família real, em 1808, juntamente a sua Corte, para sua principal colônia, o Brasil. Ao encerrar em Salvador a longa jornada marítima, D. João é simbolicamente recepcionado com frutas tropicais, como cajus e pitangas, dando passo a uma história de enredo único na qual um império seria dirigido por sua colônia^V. É a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, apesar disso, que posteriormente passa a ser sede principal da família real junto a comitiva portuguesa.

A transferência para a colônia brasileira é um ponto fundamental no processo de transição do sistema colonial para o imperial. O Rio de Janeiro, antes capital do Estado do Brasil, passa por um processo de conversão em Corte do Império. Há uma série de transformações na cidade que se ocupa em um processo de metropolização na qual se

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

materializavam condições asseguradoras de um cotidiano condizente com vida régia. Nesse ritmo, a cidade passa a ser um centro fundamental na condução administrativa do país, a receptora de toda a burocracia imperial, *modus operandi* da nova organização administrativa e política que se seguiria. O Rio de Janeiro é uma corte miniaturizada, como afirma Gouvêa:

As relações comerciais, a integridade territorial e as *ideias francesas* eram alguns dos principais itens que apresentavam aí grande importância, enfatizando o caráter prioritário das políticas de defesa da economia e de governabilidade no Centro-Sul do Brasil joanino. Em ambos os sentidos, buscava-se estabelecer condições para o pleno exercício da soberania portuguesa a partir da cidade do Rio de Janeiro, garantindo não apenas a sobrevivência da Coroa, mas também a do próprio Império [...] O governo na cidade e na capitania foi sendo, pouco a pouco, como que engolido por esta complexa massa de órgãos governativos, sendo progressivamente criados; instituições que tanto tratavam dos assuntos da Coroa, quanto do Império, das capitanias do Brasil e de sua cidade-sede, a Corte do Rio de Janeiro. ^{VI}

As modificações institucionais tinham como objetivo ampliar o controle de administração direta do poder real. Para isso, houve um processo de adaptação do aparato burocrático português na América portuguesa, seguindo um intenso estabelecimento de órgãos superiores do Estado como o Conselho da Fazenda, a Casa de Suplicação, o Desembargo do Paço, a Junta do Comércio, entre outros que equiparam a região como a nova Corte da monarquia portuguesa. Ocorrendo, nesse sentido, uma centralização administrativa, a partir do Rio de Janeiro, que implicava em distinções inter-regionais, pois o privilegiamento nos investimentos se fazia com base na cobrança de impostos nas outras áreas, mas sem que essas fossem beneficiadas pela política da Corte. A região então atraía atenções, contingente populacional e capitais antes destinados, também, às demais ^{VII}.

Além disso, a presença da coroa em solo americano implicou em uma série de políticas régias, sobre as quais se destaca o Tratado de Comércio e Navegação. Embora este estreitasse a relação entre Portugal e a Inglaterra - aliança justificada sobretudo pela ameaça napoleônica - era prejudicial à Portugal, que não conseguia concorrer comercialmente com os produtos ingleses e via seu centro comercial se deslocar para a América. É nesse cenário que D. João ascende a colônia à posição de sede do Império português, em 16 de dezembro 1815, elevando o Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves. A situação em Lisboa, contudo, que já era de oposição, desde a partida em 1808, se torna cada vez mais insustentável, desembocando na Revolução Liberal do Porto em 1820, posto que:

Privado dos recursos de suas possessões ultramarinas, sem os lucros do comércio colonial e humilhado pela dependência em relação à Inglaterra, Portugal se descobriu ocupando um lugar periférico dentro do seu próprio sistema imperial [...] A crise era, pois, econômica, política e simbólica. E somente um grande gesto de poder simbólico -

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

a volta do rei por tantos anos ausentes – seria capaz, acreditavam as elites locais, de impedir uma radicalização de grandes proporções. Foi animada por esse espírito que estourou a Revolução Liberal do Porto^{VIII}.

Os portugueses então insistiam na volta da relação colonial com o Brasil, ao passo que a elite brasileira buscava conservar a relação de reino. A tensão entre os dois interesses, somado à crise política e econômica em curso em Portugal, resulta no retorno de D. João VI à Lisboa e a permanência de seu filho D. Pedro I no Brasil. Tal estratégia assegurou o domínio da Casa Bragança, sem abrir mão de também conciliar com as elites locais que se fortaleciam cada vez mais. Nessa conjuntura, a independência do Brasil era cada vez mais iminente, pela busca de liberdade e recusa a recolonização no país. Contrário ao apelo lusitano, D. Pedro I, junto à elite brasileira, esboça o processo de emancipação, concretizado em 7 de setembro de 1822. A descrição desse momento histórico é rica em suposições, mas o principal fato a se destacar é que a independência no país foi sistematizada e executada sob a supervisão da elite. Não emancipando integralmente sequer o passado colonial, continuado na conservação da monarquia, no domínio senhorial e no sistema escravocrata. Apesar da omissa participação popular nos registros historiográficos, essa esteve de sua forma a par do processo:

Nota-se que elementos das camadas populares criaram estratégias de articulação e, de forma específica, vivenciaram as questões urgentes de seu tempo em jantares, reuniões, nos quartéis, em família ou em grupos profissionais, nas tentativas bem ou mal sucedidas de fuga das senzalas, e mesmo engendrando concepções de república, os indivíduos comuns estavam envolvidos em discussões na busca pela concretização de direitos sociais e políticos que pudessem realmente transformar sua condição de subalternidade e exclusão^{XIX}.

Com a necessidade de assegurar a integridade do vasto e complexo território, a organização política pós-independência segue monárquica, contrariando os processos de emancipação americanos que, em sua maioria, destinavam-se às repúblicas. São muitos os argumentos que buscam explicar o porquê de as colônias espanholas costumarem se organizar em lideranças caudilhistas, comuns nas guerras de independência na América Latina, ao passo que na colônia portuguesa nunca houve rupturas violentas e diretas em relação à metrópole - o que não anula a existência de conflitos e o uso da força. Para Schwarcz, “O império surgiria como símbolo da união territorial desse país de proporções continentais, e a realeza como a melhor saída (possível) para evitar a fragmentação política e territorial”^X.

Para José Bonifácio (1763 – 1838), a escravidão era um aspecto central nessa compreensão, pois não se buscava preservar a unidade para manter a escravidão, mas que, ao contrário, essa era o elo que mantinha a unidade. Outras explicações recorrem à presença da Corte, como exemplifica José Murilo de Carvalho, que garantia a integridade territorial e a estabilidade institucional ou ainda através dos fatores sociais e econômicos, pois, se nas colônias espanholas o ciclo mineratório e as relações comerciais por meio da agricultura teriam levado ao isolamento, as mesmas circunstâncias, no Brasil, teriam levado à integração entre

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

capitanias - argumentos que embora lúcidos não justificam a garantia da monarquia pós independência. Alega-se então que adotar a solução monárquica no Brasil, manter a unidade da ex-colônia e construir um governo civil estável foram, em boa parte, consequência do tipo de elite política existente a época da Independência ^{XI}.

O que justificaria a trajetória distinta no país seria a homogeneidade ideológica da elite política brasileira que vinha sendo gestada desde a colônia através do treinamento, da socialização e da carreira, a saber:

O Brasil dispunha, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias. A despeito da falta de estudos mais aprofundados, pode-se afirmar que tal elite não existia nas colônias espanholas à época da Independência, nem foi criada nos países recém-liberados. A política espanhola de criar unidades nas colônias permitiu a formação de elites locais e impediu o efeito unificador produzido por Coimbra. Após a Independência, a crônica instabilidade política dos vários países em que se fragmentou a colônia tornou difícil construir uma elite homogênea, se não socialmente, pelo menos em termos de treinamento, de ideologia, de valores e mesmo de linguagem ^{XII}.

De qualquer forma, aquele momento requeria uma Constituição para organizar o funcionamento do Estado independente equilibrando as forças antagonistas que coexistiam internamente. O primeiro projeto constitucional se desenhou na Assembleia Constituinte de 1823, posteriormente conhecida como “Constituição da Mandioca”, porque tinha como parâmetro o voto censitário. Destaca-se, no entanto, a rejeição que esse projeto sofreu por Dom Pedro I ao resolver dissolver a assembleia; a intenção de limitar o poder do imperador foi fatal para o projeto constitucional que ensaiava o predomínio do Poder Legislativo sobre o Executivo.

A primeira constituição é então outorgada no ano seguinte com as diretrizes definidas pelo próprio príncipe. Nessa, é destacada a introdução de um quarto poder, o Poder Moderador, de uso exclusivo do imperador que, acima dos outros poderes, era responsável tanto por nomear quanto exonerar agentes da administração, como ministros, senadores, conselheiros e presidentes de província. A Carta Constitucional de 1824 é uma ordem centralizadora de poder nas mãos do imperador em “um sistema representativo baseado na teoria da soberania liberal nacional. A forma de governo era monárquica, hereditária, constitucional e representativa, *dividindo-se o país em províncias.*” ^{XIII}

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

As frutas tropicais nativas da terra, presentes na recepção de D. João VI, eram recontextualizadas entre porcelanas francesas. A dialética dessa imagem é uma constante no processo de construção do Império brasileiro: uma relação de forças que ora convergem, ora se dispersam, mas que quase sempre se preservam. Nas hastes do sistema, suas províncias, a imagem é também párea visto que coexistem alinhados interesses políticos distintos; centrais e locais, públicos e privados. No ensejo das modificações e novos estabelecimentos, ocasionados principalmente com a independência, quais os reflexos sentidos na experiência provincial de Sergipe?

Os Poderes em construção na província de Sergipe

O Visconde de Uruguai (1807 – 1866), diante da centralização política e administrativa que permeava o império, pontua que esse “têm cabeças enormes, quase não tem braços e pernas”, ou ainda: “são corpos cuja circulação não chega às suas extremidades”^{XIV} dada a concentração de agentes no governo central e a ausência desses no nível provincial. Vejamos então como as diretrizes da gestão central implicam na formação e disposição das organizações adjacentes, especialmente Sergipe, pois nesse cenário:

O estabelecimento de um estado independente no Brasil baseava-se [...] no apoio essencial dos grupos sociais do Centro-Sul do país. Após a separação, o próximo passo era enfrentar justamente a dificuldade de o governo, sediado no Rio de Janeiro, conquistar a adesão do conjunto da sociedade e das forças políticas que atuavam especialmente no Norte e no Nordeste. O descontentamento dos grupos dessas regiões com a ordem que se instalava era um problema a ser contornado para efetivar a separação com a unidade das províncias do Brasil. Cabia agora “expandir” a opção pela independência.^{XV}

A adesão da Independência na província de Sergipe se deu não só através da ação de grupos locais, mas também da passagem do general francês Pedro Labatut, responsável por uma extensa e relevante participação nos eventos de independência na América Espanhola. A ação do francês buscou legitimar o governo do Imperador na província, por meio da adesão a “sagrada causa do Brasil”, que buscava dirimir a aproximação de Sergipe com o sistema português dominante na Bahia, de tal modo que “ali chegou com toda tropa e armamento, lançando uma proclamação em que pedia aos habitantes o apoio a D. Pedro e o respeito aos portugueses residentes na região”.^{XVI}

Equalizar a importância de Labatut é uma questão constante nas discussões historiográficas. Para Edna Maria M. Antônio, por exemplo, a chegada do general de fato favoreceu o grupo pró-D. Pedro, criando condições de desmobilização política de forças militares chefiadas por importantes líderes políticos; no entanto, a ideia de independência e sua legitimação decorreu também de alinhamentos outros^{XVII}. Sobre isso, Maria Thetis Nunes

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

ainda destaca o trabalho antecedente às ações de Labatut em figuras da própria região como João Dantas, Capitão-mor das Ordenanças da Vila de Itapicuru, responsável por desmontar a resistência existente na Freguesia de Nossa Senhora dos Campos e auxiliar naquela região, primeira de Sergipe, a aclamação de D. Pedro ^{XXVIII}. Convém destacar também as resistências ocorridas, sobretudo na vila de Laranjeiras - onde passagem de Labatut é mais uma vez otimizada pela presença de forças locais, como a armada de Barros Pimentel -, que:

Caracterizou-se como local normalmente apontado como o de maior resistência à autoridade de D. Pedro I e de mais evidente apoio aos interesses baianos, situação explicada em várias produções historiográfica regionais, pela vinculação econômica de senhores de terras e comerciantes aos interesses mercantis portugueses estabelecidos em Salvador e pela maciça presença de lusitanos naquela vila. ^{XIX}

Apesar disso, a adesão à Independência era fundamental pois “vão confundir-se, num mesmo, processo a luta dos sergipanos pela autonomia provincial e sua participação no processo de Independência Nacional” ^{XX}. A autonomia em relação à Bahia era uma questão central porque mesmo essa já tendo sido conferida por decreto de D. João VI, em 8 de julho de 1820, com a adesão da Bahia à Revolução do Porto, contudo, houve a reintegração de Sergipe ao seu domínio e a consequente deposição do então governador, nomeado pelo rei, Carlos César Burlamaqui.

A deposição de Burlamaqui vai ser legitimada por boa parte dos senhores de engenho sergipanos, pois havia um alinhamento de interesses econômicos pela dependência desses com os comerciantes de Salvador, em especial os portugueses. Ademais, as ações de Burlamaqui, como a fiscalização de impostos de exportação, não eram interessantes naquele momento, sendo sua deposição uma condição favorável. A província passa naquele contexto a ser legislada pelo governo baiano, que determina não serem acatadas as ordens vindas do Rio de Janeiro as quais deveriam ser remetidas ao mesmo ^{XXI}. O apelo de movimentos sergipanos contrários não tem força, face à relação entre os donos de terra e os comerciantes vizinhos, evidenciando a influência dos senhores de engenho e seus interesses particulares nas configurações políticas.

Se D. João VI confere autonomia à Sergipe em 1820, essa só é confirmada na Carta de 5 de dezembro de 1822 por D. Pedro. Sua aclamação foi a oportunidade de as lideranças locais se articularem e recuperarem a autonomia de Sergipe, arranjando um governo cuja existência passava pelo assentimento da independência da província e da liderança de D. Pedro ^{XXII}. Com a confirmação do Príncipe Regente e a efetiva emancipação, a província vivia então um momento de instabilidade, uma vez que “a construção de uma ordem política que organizasse as instituições representativas revelou-se problemática diante das divergências internas e dos conflitos” ^{XXIII}. Isso é evidente na formação da Junta Governativa, em 1823, parte relevante na organização governativa, mas que sofria a ação contrária de forças locais, tal que o comandante de armas José Barros Pimentel resistia pela recusa em abrir mão de seu cargo de autoridade.

Garantidos o reconhecimento da separação do Brasil de sua antiga metrópole e a desmembramento da Bahia, a organização da política provincial vai se encaminhando e tem

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

como seu primeiro presidente, nomeado pelo príncipe regente, o brigadeiro sergipano Manuel Fernandes da Silveira, substituindo a antiga Junta. O momento de chegada de Manuel ao poder coincide com a implosão de uma revolução na província vizinha, a Confederação do Equador. O envolvimento de Sergipe nela, segundo Thetis Nunes, não é nulo; todavia, não se deu de maneira mais profunda pois a situação local não permitiu^{XXIV}. A autora pontua a ausência de uma “inteligência” capaz de absorver os ideais liberais visto a escassa vida intelectual na zona açucareira até aquele momento. Entre as manifestações republicanas, destacam-se a concentração dessas no ambiente urbano e a ação do Padre Francisco Missionário, importante disseminador da ideologia revolucionária.

A Confederação do Equador exemplifica que a busca pela autonomia administrativa das províncias era uma importante questão na organização interna dessas, mas que custava a descentralização exercida pelo poder imperial. Nesse sentido, procurando um equilíbrio, buscou-se a criação de conselhos com o objetivo de conferir ao poder provincial certa intervenção na estrutura governativa. Logo, a administração de Manuel Fernandes vai estar associada ao Conselho de Governo, formado por ele mais seis conselheiros eleitos, dos quais era responsabilidade lidar as questões de ordem administrativa, econômica e política daquele momento como, por exemplo:

A estagnação das rendas públicas, o isolamento da província pela dificuldade de comunicação e pela deterioração das pontes, a cobrança de prestação de contas relativas às despesas de todas as câmaras provinciais, as discussões sobre atribuições e deveres das câmaras e o debate de um plano para melhorar o comércio e tornar a província mais dinâmica eram os assuntos administrativos que ocupavam as reuniões, conforme registram as respectivas atas.^{XXV}

As autoridades nomeadas pelo imperador eram constantemente uma via de conflito com as autoridades locais. Como frisa Nunes, “A prepotência dos senhores de terra se manifestava constantemente ao Presidente fazendo-lhe sentir os direitos e prerrogativas que se julgavam detentores.”^{XXVI} Não são raros os ofícios de Manuel Fernandes em que se destaca a dificuldade enfrentadas durante seu governo. O Presidente de Província e o seu secretário, Antônio Pereira Rebouças, vão sofrer oposição tanto da elite sergipana, parte dessa presente na política institucional, quanto dos militares.

Rebouças, destarte, vai ser o principal alvo de acusações pois era um “mulato” que detinha afinidade com o liberalismo político e econômico, além de supostamente intuir ideias abolicionistas. Uma denúncia encaminhada ao Comandante das Armas, Manoel da Silva Daltro, denota o tom de escândalo e preocupação para se referir a sua presença: “Alerta: uma pequena faísca faz um grande incêndio. O incêndio já vai lavrando.”^{XXVII} Esse tensionamento por sua participação no governo ocorria, assim,

Não exatamente por arquitetar um plano de insubordinação para desestabilizar o mundo dos brancos, mas pelo significado que essa

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

presença representava para os segmentos que sofriam limitações sociais e econômicas pautadas por critérios de cor e nascimento, e que pareciam não encontrar no Estado recém-formado sua feição, nem o encaminhamento para a contemplação de seus direitos políticos. Apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros reconhecida pela Constituição, os mestiços e negros libertos continuavam a sofrer graves restrições de direitos na prática social. ^{XVIII}

É possível atestar também como os homens pobres, livres e racializados - descritos constantemente nos ofícios encaminhados pelos juizes de paz como “crioulos” “vadios”, “desempregados” - causavam preocupação com a segurança pública. Para Ilmar Mattos, a sociedade oitocentista, com olhos na Europa e pés na América, estava dividida entre o mundo do governo, o mundo do trabalho e o mundo da desordem. A massa de homens livres e pobres que não se inseriam nem no mundo do governo, nem no mundo do trabalho constituíam o mundo da desordem no qual a violência era a expressão da humanidade que lhes era negada. Fundar o Império, consolidar e conservar esses mundos distintos faziam parte do processo no qual os setores dominantes e detentores dos monopólios construía sua identidade enquanto uma classe social ^{XXIX}.

Os homens do “mundo da desordem” estavam, portanto, destinados ao recrutamento militar visto que se “reserva o serviço das armas para os elementos “improdutivos” da sociedade, seja (paradoxalmente) pela maior probabilidade de sucesso da empresa, visto que tais elementos não se encontram sob o abrigo de redes sociais de proteção” ^{XXX}. Tal movimento é explícito no ofício:

Em vista do ofício que me fora endereçado pelo juiz de direito desta comarca, desejando expurgar deste distrito todos os vadios, perturbadores do sossego público, que tem com notável por ano se vindo a coutar neste termo, em virtude disto fazendo recrutar o mancebo José de Tal por solteiro, por ser compreendido na classe dos que vivem sem ocupação honesta e lhe faço remessa V. Ex.^a escoltado pelo cabo Vicente Ferreira e o soldado José Ferreira afim de que V. Ex.^a de o destino que for justo. ^{XXXI}

Em uma sociedade de mundos tão bem engendrados e difícil movimentação entre esses, a presença de Rebouças em um cargo de poder era simbolicamente uma ameaça pois como observado por Schwarcz ^{XXXII} diante da solidificação do império “era a representação que criava a realidade, não o oposto.” A presença de um homem não branco em um cargo de poder, através de uma nomeação externa, era uma intimidação à Província cuja estrutura socioeconômica era calcada no trabalho dos escravizados.

Durante seus onze meses no poder, Manuel Fernandes enfrentou um contexto intenso em lutas políticas e oposições ao seu governo. Em ofício encaminhado ao Presidente da Província da Bahia, Francisco Vicente Viana, ele revela sobre a província de Sergipe que “nunca teve governo, e que, composta de proprietários ricos, mas poucos amigos da

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

Independência do Brasil, que nunca sentiram a influência da Lei, somente desejavam dirigir-se segundo sua vontade”^{XXXIII}. A despeito dessas demandas, destacam-se aspectos positivos em sua passagem pelo poder, como equilíbrio das finanças públicas e um certo alinhamento entre os poderes institucionais e os proprietários de terra sergipanos. Os governadores seguintes, argumenta Ibarê Dantas, eram mais conciliadores e realizadores, o que não poupou as manifestações antilusitanas, as revoltas de escravizados e de indígenas e a continuação das divisões internas entre proprietários, partidariamente divididos entre corcundas e liberais^{XXXIV}.

Em linhas gerais, a centralização era um meio de garantir a unidade desejada pela monarquia, mas a força política contida no governo central era, por vezes, um impasse na administração das províncias visto que nessas se encontravam forças particulares concentradas, sobretudo, nos interesses da elite atuante na região. Buscava-se, assim, construir um Estado suficientemente forte e concentrado para o domínio e controle sociopolítico do Império em curso, mas que fosse também capaz inserir na estrutura de poder as classes dirigentes provinciais. Ainda assim, a observação precisa de Edna Maria revela que no processo de organização dos poderes em Sergipe:

Ao que parece, a ameaça de revoltas de escravos e a defesa de uma monarquia tributária de sua condição de autonomia política formaram o espectro político-ideológico que orientou a ação política das lideranças locais rumo à aceitação do fortalecimento do poder central. Distantes do centro de poder, elaboravam essa opção, com a qual se identificaram e se ampararam nas conveniências em participar do Estado centralizado em construção. A elite açucareira e dos proprietários de terras na província passaria a testar, de forma intensa, se as vantagens dessa opção de governo eram suficientes e eficazes para conquistar e manter a tão desejada ordem social. De presidente em presidente nomeado pelo imperador, procurava o governo provincial consolidar uma estrutura de organização governamental avalizada pelo poder central e que promovesse, para a classe dirigente de Sergipe, as condições de estabilidade necessárias para o exercício do poder e o progresso material e social. Isso, na prática, significava participar do Estado e, ao mesmo tempo, cuidar dos negócios.^{XXXV}

Logo, é preciso atentar-se ao fato de que a localidade implica em dinâmicas e problemáticas particulares que evidenciam trajetórias diversas. Por isso, levando em consideração a presença de forças locais, as reações nas províncias se deram de maneira distintas. Em Sergipe, mesmo com ecos de movimentos em regiões vizinhas, não houve grandes enfretamentos ao poder central; não só porque não havia o desenvolvimento de uma intelectualidade efetiva, mas também pela ameaça à estabilidade que esses conflitos causavam. Além disso, associar-se ao poder central era uma forma de garantir que questões de cunho privado passassem a ser institucionalizadas. Por que se antes o plantador escravista, senhor de engenho, concentrava o exercício de seu domínio na sua propriedade, enquanto classe senhorial, ele se serve do Estado para construir sua unidade e levar a efeito uma expansão^{XXXVI}.

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

Considerações finais

Diante do exposto, o processo de desmembramento de Sergipe da Bahia e a sua autonomia política e econômica, como província, foi otimizada diante da reforma administrativa que era promovida na nação pós independência. Ao ter sua autonomia garantida pela confirmação do príncipe regente, a província de Sergipe também declarava adesão ao projeto político de D. Pedro I que buscava, naquele momento, equilibrar os poderes provinciais, concentrando-os na capital. A montagem da organização política e administrativa sergipana necessitou, assim, que força do localismo fosse alinhada ao poder central de modo que os dois pudessem coexistir. Manuel Fernandes da Silveira, não à toa, escreve diante das dificuldades em seu governo “coube-me a sorte de governar homens e homens que nunca tinham sido diretamente governados.”^{XXXVII}

Em linhas gerais, o período imperial é o momento em que o corpo de nação vai se firmando no Brasil. Os passos mais autônomos do Estado, recém criado, e de suas províncias, conduzidos pela Carta Constitucional de 1824, são evidentes. No entanto, a imagem das frutas tropicais, nativas da terra, reconciliadas em porcelanas francesas, materialização do signo europeu civilizatório, reconstrói imagetivamente as tensões e conciliações presentes na produção e manutenção do poder imperial.

Pensar então a civilidade ensaiada, desde o período joanino, é ainda alçá-la sobre uma imagem paradoxal de liberdade que precisa se redesenhar em uma sociedade escravocrata na qual, diante de um modelo singular de influências liberais, os direitos e liberdades individuais eram um parâmetro reservados a poucos. Em seu improviso, diante da sede imperial, não em vão Gullar satiriza:

“A tarde é quente
na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro
com suas cadeias apinhadas de presos
respirando o fedor de seus próprios dejetos
arrastando correntes
para ir mendigar no meio da rua.

[...]

Sem sacanagem,
na cidade onde havia mais leprosos que cães vagando pelas ruas,
comove-me saber que
em 1788
estava na moda o guarda-sol branco
em 1789
o verde
e que em 1904 o desbunde eram
os guarda-sóis azuis
de sarja ou tafetá.”^{XXXVIII}

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

Notas de fim

^I Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: romerohist@gmail.com

^{II} ANTÔNIO, Edna Maria Matos. A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro, Sergipe (1750-1831). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 230.

^{III} COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: 2000.

^{IV} GULLAR, Ferreira. Toda Poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015. p. 383.

^V SCHWARCZ, Lilia Moritz. MURGEL, Heloisa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 171.

^{VI} GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. As bases institucionais da construção da unidade: administração e governabilidade no período joanino (1808-1821). pp. 708 – 709

^{VII} BERBEL, Márcia Regina. A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo: Hucitcc: Fapesp, 1999. p.36.

^{VIII} SCHWARCZ, Lilia Moritz. MURGEL, Heloisa. op. cit., p. 201.

^{XIX} ANTÔNIO, Edna Maria Matos. A participação dos elementos populares no processo de independência da América portuguesa: uma discussão. Sergipe: Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, 2021. p. 50.

^X SCHWARCZ, Lilia Moritz. MURGEL, Heloisa. 2018. Op. Cit. p. 224.

^{XI} CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem e Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

^{XII} CARVALHO, José Murilo. Ibid., p., 2008. p. 39.

^{XIII} SCHWARCZ, Lilia Moritz. MURGEL, Heloisa. op. cit., p. 234, grifo nosso.

^{XIV} CARVALHO, José Murilo. op. cit., p. 152.

^{XV} ANTÔNIO, Edna Maria Matos. op. cit., p. 122.

^{XVI} Denúncia enviada ao comandante da Armas Manoel da Silva Daltro.

^{XVII} ANTÔNIO, Edna Maria Matos. op. cit., pp. 125 – 126.

^{XVIII} NUNES, Maria Thetis. Ibid., p. 52.

^{XIX} Cf. ANTÔNIO, Edna Maria Matos, 2012.

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

XX NUNES, Maria Thetis. História de Sergipe, a partir de 1820. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978. p. 43.

XXI NUNES, Maria Thetis. Ibid., p. 42.

XXII ANTÔNIO, Edna Maria Matos. op. cit., p. 132.

XXIII DANTAS, Ibarê. A Política em Sergipe Provincial (1820 - 1889). Sergipe: Revista do Instituto Histórico e Geográfico em Sergipe, 2016. p. 34.

XXIV NUNES, Maria Thetis. op. cit., p. 79

XXV ANTÔNIO, Edna Maria Matos. op. cit., p. 201. p. 203.

XXVI NUNES, Maria Thetis. op. cit., p. 86.

XXVII Denúncia enviada ao comandante da Armas Manoel da Silva Daltro.

XXVIII ANTÔNIO, Edna Maria Matos. op. cit., p. 211.

XXIX Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.

XXX MENDES, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar brasileiro no Império brasileiro. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1998. p. 11.

XXXI Ofício enviado pelo Juiz de Paz José de Souza, Lagarto, 5 de outubro de 1839.

XXXII SCHWARCZ, Lilia Moritz. MURGEL, Heloisa. op. cit., p. 199.

XXXIII Ofício do Presidente Manuel Fernandes da Silveira ao Presidente da Província da Bahia, Francisco Vicente Viana, em 30 de agosto de 1824.

XXXIV DANTAS, Ibarê. op. cit., p. 34.

XXXV ANTÔNIO, Edna Maria Matos. op. cit., p. 201, p. 225.

XXXVI MATTOS, Ilmar Rohloff de. op. cit., p. 201. p. 92.

XXXVII Ofício do presidente Manuel Fernandes Silveira ao Ministro Estevão Resende em 14 de fevereiro de 1825.

Referências bibliográficas

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro, Sergipe (1750-1831). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. A participação dos elementos populares no processo de independência da América portuguesa: uma discussão. Sergipe: Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, 2021.

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

BERBEL, Márcia Regina. A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo: Hucitcc: Fapesp, 1999.

CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem e Teatro de sombras. 4ª Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2000.

DANTAS, Ibarê. A Política em Sergipe Provincial (1820 - 1889). Sergipe: Revista do Instituto Histórico e Geográfico em Sergipe, 2016.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. As bases institucionais da construção da unidade: administração e governabilidade no período joanino (1808-1821). IN: Jancsó, István (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

GULLAR, Ferreira. Toda Poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.

MENDES, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar brasileiro no Império brasileiro. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1998.

NUNES, Maria Thetis. História de Sergipe, a partir de 1820. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. MURGEL, Heloisa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Fontes

ENTRE FRUTAS TROPICAIS E PORCELANAS FRANCESAS: A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO E OS PODERES EM CONSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

Denúncia enviada ao comandante da Armas Manoel da Silva Daltro. Arquivo Nacional, Seção dos Ministérios. IN: NUNES, 1978, p. 166.

Ofício do Presidente Manuel Fernandes da Silveira ao Presidente da Província da Bahia, Francisco Vicente Viana, em 30 de agosto de 1824. A. E. B. IN: NUNES, 1978, p. 84

Ofício do presidente Manuel Fernandes Silveira ao Ministro Estevão Resende em 14 de fevereiro de 1825. A. P. N., Seção dos Ministérios. IN: NUNES, 1978, p. 42.

Ofício enviado pelo Juiz de Paz José de Souza, Lagarto, 5 de outubro de 1839. Arquivo Público do Estado de Sergipe. Câmara Municipal: CM3, doc. 28.